

Paulista

Lista Nominal dos Vereadores da Câmara Municipal de Ponta Roma, realizada em 25 de Outubro de 2024

Vereadores	F/P	Assinaturas
Diniz Rego	P	Dominis Diniz Rego
A. Alves Nascimento	P	Jenonildo U. U. Nascimento
Amplido M. Garreto	P	Francisgildo Mendes Sarreto
Lucas Chagas D. Alves	P	José dos Anjos O. Alves
Eda Costa Lima	P	José J da Costa Lima
Amplido M. Garreto da Silva	P	Tomás J da Silva
dos Remédios M. da Silva	F	
Madalena Alves da Costa	P	Maria Madalena Alves da Costa
Benedito Teixeira	P	Benedito Mendes Teixeira
Augusto dos S. Moura	P	Teodoro Augusto dos Santos Moura
Sousa Montele	F	

Lista Nominal dos Vereadores de Câmara Municipal de Ponta Roma, Estado do Maranhão realizada em 01 de Novembro de 2024. 2199 S.O

Vereadores	F/P	Assinaturas
Diniz Rego	P	Dominis Diniz Rego
A. Alves Nascimento	P	Jenonildo U. U. Nascimento
Amplido M. Garreto	P	Francisgildo Mendes Sarreto
Lucas Chagas D. Alves	P	José dos Anjos O. Alves
Eda Costa Lima	F	
Amplido M. Garreto da Silva	P	Tomás J da Silva
Madalena A. da Costa	P	Maria Madalena Alves da Costa
Benedito Teixeira	F	
Augusto dos S. Moura	P	Teodoro Augusto dos Santos Moura
Sousa Montele	P	Teodoro S. Montele
Remédios M. da Silva	P	Maria dos Remédios Mendes da Silva



## 119ª SESSÃO ORDINÁRIA

### I – SAUDAÇÕES A TODOS

Em nome do povo e sob a proteção de Deus declaro aberta a 119ª Sessão Ordinária.

### II- CHAMADA DOS VEREADORES

Verificado pela Secretária a Lista de Presença dos vereadores ficou comprovado à existência de “Quorum” suficiente para realização da 119ª Sessão Ordinária de 01 de novembro de 2024

### III- ORDEM DO DIA

Ordem	Descrição	Autoria
I	Parecer da Comissão de Orçamento e Fiscalização que dispõe sobre as análises concluídas ao Projeto de Lei Nº 005/2024 “Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 – LDO”	Comissão de Orçamento e Fiscalização
II	Relatório da Comissão de Orçamento e Fiscalização que dispõe sobre as análises concluídas ao Projeto de Lei Nº 005/2024 “Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 – LDO”	Comissão de Orçamento e Fiscalização
III	Projeto de Lei Nº 005/2024 que dispõe sobre “Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 – LDO”.	Poder Executivo

### IV- ABERTURA DO PEQUENO EXPEDIENTE

- Chamada Nominal dos vereadores;
- Leitura da palavra do senhor;
- Leitura da Ata da 118ª Sessão Ordinária.
- Leitura, apresentação ao plenário do Parecer da Comissão de Orçamento e Fiscalização que dispõe sobre as análises concluídas ao Projeto de Lei Nº 005/2024 “Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 – LDO”.
- Leitura, apresentação ao plenário do Relatório da Comissão de Orçamento e Fiscalização que dispõe sobre as análises concluídas ao Projeto de Lei Nº 005/2024 “Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 – LDO”.
- Projeto de Lei Nº 005/2024 que dispõe sobre “Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 – LDO”.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MATA ROMA**  
Praça Juca Brandão, nº 56 – Centro, CEP: 65510-000 Mata Roma - MA  
CNPJ. 69.390.136/0001-51 Email: camarademataroma@gmail.com

## **119ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**V – ABERTURA DO GRANDE EXPEDIENTE**

**Mata Roma – MA, 01 de novembro de 2024**

**PEDRO AUGUSTO DOS SANTOS MOURA**  
**Vereador**  
**Presidente da Câmara Municipal de Mata Roma/MA**



Câmara Municipal de  
**MATA ROMA**



CÂMARA MUNICIPAL DE MATA ROMA  
Praça Juca Brandão, nº 56 – Centro, CEP: 65510-000 Mata Roma - MA  
GNPJ. 69.390.136/0001-51 Email: camarademataroma@gmail.com

Ata da 118ª (Centésima décima oitava) Sessão Ordinária, da 16ª (décima sexta) legislatura da Câmara Municipal de Mata Roma, Estado do Maranhão aos 18 de outubro de 2024.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de outubro de dois mil e vinte quatro do ano do nosso senhor Jesus Cristo, no Edifício Odilon Marchão de Carvalho, Plenário "Luis Pereira de Sousa", situado a praça Juca Brandão, Nº 56, precisamente às 09:15 da manhã, os **presente os vereadores:** Claumir Diniz Rego, Fernando Antonio Alves Nascimento, Franciogildo Mendes Garreto, Francisco das Chagas Oliveira Alves, Javé Ferreira da Costa Lima, Josivan Garreto da Silva, Maria Madalena Alves da Costa, Miryan Mendes Teixeira. Verificada pela 01ª secretária ficou comprovado existência de quorum suficiente para abertura dos trabalhos. Em nome do povo, sob a proteção de Deus o presidente declarou aberta a sessão. Em epígrafes, a 01ª (primeira secretária) fez a chamada nominal dos vereadores, leitura da palavra do senhor no livro de salmos, prosseguindo, leitura da Ata da 117ª sessão ordinária, que depois de lida, foi submetida para deliberação do plenário e aprovada por todos. Com a palavra o senhor presidente, comunicou ao plenário que o vereador, Sr. Tiago de Sousa Monteles e Maria dos Srª Remédios Martins da Silva protocolaram na casa legislativa suas justificativas de ausências na presente sessão. Depois repassou a secretária Maria Madalena para fazer a leitura destas justificativas e assim a fez. A parlamentar, Maria dos Remédios anexou em sua justificativa atestado médico do qual cita que necessita se ausentar de suas funções por 7 (ste) dias para recuperação de fratura. [Atestado Médico expedido por: DR.THULIO CUNHA, ORTOPEDISTA, CRM-MA 10512], bem como requerimento de solicitação de participar das deliberações de proposituras via vídeo on-line, Google Meet. Requerimento esse que depois de lido aos vereadores presentes no plenário na sessão do dia, não houve manifestações contrárias. Novamente com a palavra, o senhor presidente, deu ciência ao plenário da devolução ao Poder Legislativo, o Projeto de Lei Nº 005/2024 que dispõe sobre a LDO ao exercício financeiro de 2025 com as devidas correções aplicadas pelo edis do Poder Executivo conforme solicitado por ofício Nº 35/2024 de 08 de julho de 2024/legislativo. Depois repassou cópias deste projeto mencionado corrigido aos vereadores presentes, do qual a comissão de orçamento e fiscalização não de fazer as devidas análises no tempo hábil. Em contínuo, deixou a palavra facultada. Obs: Todo o tramite está disponível na live registrada na plataforma YOUTUBE, Canal Camara Municipal de Mata Roma - Ma. Nada a mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrada a sessão, na qual depois de lida e apreciada a ata vai pelo presidente, 01ª secretária e ou 02ª secretária assinada.





CÂMARA MUNICIPAL DE MATA ROMA  
Praça Juca Brandão, nº 56 – Centro, CEP: 65510-000 Mata Roma - MA  
CNPJ. 69.390.136/0001-51 Email: camarademataroma@gmail.com

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Exercício 2023/2024 – Resolução Nº 002/2023

### RELATÓRIO

#### “Referente à análise ao Projeto de Lei Nº 005/2024 com ementa “Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias o exercício financeiro de 2025”

A Matéria em análise, que tramita nessa Casa Legislativa por iniciativa do Poder Executivo Municipal de Mata Roma – MA, sob a forma do Projeto de Lei Nº 005/2024.

Para tanto, o Projeto de Lei Nº 005/2024 baixou com vista à presente Comissão de Orçamento e Fiscalização, em atendimento às normas regimentais que disciplinam à sua tramitação, estando sob responsabilidade deste Relator, Tiago de Sousa Monteles, ora signatário, para a emissão do parecer sobre a sua legalidade, constitucionalidade, regimental idade e técnica legislativa.

Nos termos regimentais o presente projeto de lei, está na 119ª Sessão Ordinária aos 01 de novembro de 2024, não tendo recebido emendas, nem substantivo. Inicialmente, a propositura foi encaminhada à Comissão de Orçamento e Fiscalização, opinou favoravelmente quantos aos aspectos, constitucionais e jurídicos da proposição.

Tiago de Sousa Monteles

Vereador

Relator da Comissão de Orçamento e Fiscalização

Mata Roma/MA, 30 de outubro de 2024

Reunião realizada aos 30 de outubro de 2024 às 09:40 horas, que se fez presente os vereadores abaixo elencados integrantes desta presente comissão de Orçamento e Fiscalização:

Josivan Garreto da Silva

Vereador

Presidente da Comissão de Orçamento e Fiscalização

Francisco das Chagas Oliveira Alves

Maria Madalena Alves da Costa

Fernando Antônio Alves Nascimento

Os 03 vereadores mencionados acima são  
Membros da Comissão de Orçamento e Fiscalização



CÂMARA MUNICIPAL DE MATA ROMA  
Praça Juca Brandão, nº 56 – Centro, CEP: 65510-000 Mata Roma - MA  
CNPJ. 69.390.136/0001-51 Email: camarademataroma@gmail.com

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Exercício 2023/2024 – Resolução Nº 002/2023

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 005/2024

**“Referente à análise ao Projeto de Lei Nº 005/2024 que dispõe sobre “Lei de Diretrizes Orçamentárias o exercício financeiro de 2025”**

Em reunião realizada aos 30 de outubro de 2024, precisamente às 09:40 da manhã pela Comissão de Orçamento e Fiscalização, concluiu-se que o projeto 005/2024 foi elaborado em atendimento à técnica legislativa. Igualmente, a matéria tratada é de competência do Poder Executivo, cuja atribuição está respeitada. A Matéria é legal, pois está de acordo com a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e ainda, atende ao devido rito quando sua origem e tramitação, nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

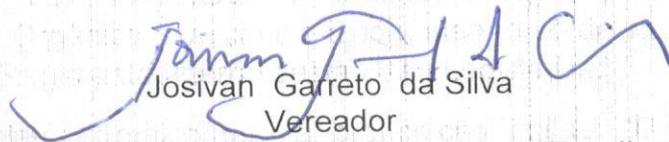
Na condição de relator, verifico que a proposição indica: “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025”.

### CONCLUSÃO

Pelo exposto, considerando que o Projeto de Lei em tela respeita os pressupostos de legalidade, constitucionalidade, regimental e de técnica legislativa, aguardando-se, ainda, a sua análise e discussão em Plenário, o presente relator opina favoravelmente pelo prosseguimento de sua tramitação.

Pela APROVAÇÃO

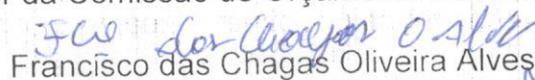
Mata Roma/MA, 30 de outubro de 2024

  
Josivan Garreto da Silva  
Vereador

Presidente da Comissão de Orçamento e Fiscalização

  
Tiago de Sousa Monteles  
Vereador

Relator da Comissão de Orçamento e Fiscalização

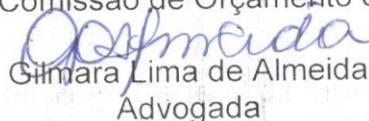
  
Francisco das Chagas Oliveira Alves

Maria Madalena Alves da Costa

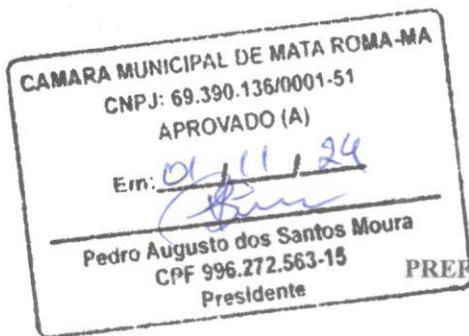
Fernando Antônio Alves Nascimento

Os 03 vereadores mencionados acima são

Membros da Comissão de Orçamento e Fiscalização

  
Gilmar Lima de Almeida  
Advogada

Assessora Jurídica do Poder Legislativo de Mata Roma/MA



PREFEITURA DE  
**MATA ROMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA  
GABINETE DO PREFEITO  
CNPJ N:06.119.945/0001-03

### Projeto de Lei Municipal nº 005/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE MATA ROMA-MA

CNPJ 69 390 136/0001-51

RECEBIDO (A)

Em: 03/10/2024

Recebido por (Assinatura)

*Luiz Carlos Guimarães*  
A 9051

**"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATA ROMA, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, propõe à Câmara Municipal o seguinte *Projeto de LEI*:

**Art. 1º.** Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, combinado do art. 78, Título III, da Lei Orgânica do Município e, no que couber, as disposições contidas na Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes para elaboração e execução dos Orçamentos do Município para o exercício de 2025, compreendendo.

- I - as metas e prioridades da administração municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução orçamentária.

#### *Capítulo I*

#### **DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 2º.** As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2025 serão especificadas em anexo no Plano Plurianual relativo ao período 2022-2025 e obedecerão aos seguintes critérios:

- I - promover o equilíbrio entre receitas e despesas;
- II - promover e desenvolvimento econômico e social integrado do Município;
- III - contribuir para a consolidação de uma consciência da gestão fiscal responsável e permanente;



PREFEITURA DE  
**MATA ROMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**CNPJ N:06.119.945/0001-03**

IV - evidenciar a manutenção das atividades primárias da administração municipal.

*Parágrafo único.* A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, especificadas através do Anexo II - Das Metas Fiscais e do Anexo III - Dos Riscos Fiscais, partes integrantes desta Lei.

*Art. 3º.* A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes;

I - as obras em execução terão prioridades sobre novos projetos;

II - as despesas com o pagamento da dívida pública e de pessoal e encargos sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

### *Capítulo II*

#### **DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

*Art. 4º.* A LOA - Lei Orçamentária Anual compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social.

*Art. 5º.* Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificadamente os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados indicando, para cada categoria, a esfera orçamentária e a modalidade de aplicação:

1 - pessoal e encargos sociais;

2 - juros e encargos da dívida;

3 - outras despesas correntes;

4 - investimentos;

5 - inversões financeiras;



PREFEITURA DE  
**MATA ROMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**CNPJ N:06.119.945/0001-03**

6 - amortização da dívida;

7 - outras despesas de capital.

*Art. 6º.* A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº. 42, de 14 abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, bem como da Portaria Interministerial nº. 163, 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

*Art. 7º.* O Projeto da lei orçamentária anual a ser encaminhado ao Poder Legislativo será constituído de:

I - mensagem;

II - texto da Lei;

III - tabelas explicativas da receita e da despesa.

§ 1º. A mensagem que encaminhar o projeto da lei orçamentária anual conterá:

I - situação econômica e financeira do Município;

II - demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outras compromissos exigíveis;

III - exposição da receita e da despesa.

§ 2º. Acompanharão o projeto e lei Orçamentária demonstrativo contendo as seguintes informações complementares:

I - programação dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e da Lei Federal nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996;

II - programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no art. 198, § 2º da Constituição Federal.

III - demonstrativo da renúncia de receita, quando houver.



PREFEITURA DE  
**MATA ROMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**CNPJ N:06.119.945/0001-03**

§ 3º. Integrarão a lei orçamentária anual, os seguintes demonstrativos:

I - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I, da Lei nº. 4.320/64;

• II - Quadros Demonstrativos da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo II da Lei nº. 4.320/64;

III - Quadro Demonstrativo por Programa de Trabalho, das Dotações por Órgãos do Governo e da administração, Anexo VI da Lei nº. 4.320/64;

IV - Quadro Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo VII da Lei nº. 4.320/64;

V - Quadro Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, conforme vínculos com os recursos, Anexo VIII da Lei nº. 4.320/64;

VI - Quadro Demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX da Lei nº. 4.320/64;

VII - Quadro Demonstrativo de Realizações de Obras e Prestação de Serviços;

VIII - Tabela Explicativa da Evolução da Receita e Despesa, art. 22, III, da Lei nº. 4.320/64;

IX - Quadro da Demonstrativo da Receita por Fontes e respectiva legislação;

X - Sumario de Geral da Receita por Fontes e da despesa por Funções de Governo;

XI - Quadro de Detalhamento de Despesa.

*Capitulo III*  
**DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO**  
**ORÇAMENTÁRIA**



PREFEITURA DE  
**MATA ROMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
CNPJ N:06.119.945/0001-03

*Art. 8º.* A lei orçamentária deve obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa.

*Art. 9º.* A lei orçamentária deve primar pela responsabilidade na gestão fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção dos riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

*Art. 10º.* A Lei Orçamentária Anual deverá ser elaborada de forma compatível com o PPA - Plano Plurianual, com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária e com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

*Art. 11º.* A lei orçamentária priorizará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os seguintes princípios:

I - prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II - modernização da ação governamental;

III - equilíbrio entre receitas e despesas;

IV - austeridade na gestão dos recursos públicos.

*Art. 12º.* A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente a, no mínimo 0,1% (um décimo por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

*Art. 13º.* No projeto da lei orçamentária para 2025, receitas e despesas serão orçadas a preços correntes de 2024.

#### *Seção I*

#### **DA INSTITUIÇÃO, DA PREVISÃO E DA EFETIVAÇÃO DA RECEITA**

*Art. 14º.* As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o art. 12 da Lei Complementar nº. 101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, observando-se o art. 3º desta lei.



PREFEITURA DE  
**MATA ROMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**CNPJ N:06.119.945/0001-03**

§ 1º. Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

- I - atualização dos elementos físicos unidades imobiliárias;
- II - atualização da planta genética de valores;
- III - a expansão do número de contribuintes.

§ 2º. As taxas pelo exercício de poder de polícia e de prestação de serviços deverão renumerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

*Art. 15º.* Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

*Parágrafo único.* Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas nestes artigos serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observadas a legislação vigente.

*Art. 16º.* Caso seja verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o excesso de despesa, o Executivo Municipal promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º A limitação do empenho, nos termos do *caput* deste artigo, será feita de forma proporcional ao montante de recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ao estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.



PREFEITURA DE  
**MATA ROMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA  
GABINETE DO PREFEITO  
CNPJ N:06.119.945/0001-03

*Art. 17º.* Não serão objetos de limitação de despesas:

I - das obrigações constitucionais e legais do ente (despesa com pessoal e fundos);

II - destinadas ao pagamento do serviço da dívida;

III - assinaladas na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso.

*Art. 18º.* Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

*Art. 19º.* A Prefeitura disponibilizará, para Câmara de Vereadores, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos, as estimativas e as memórias de cálculos das receitas para o exercício subsequente.

*Art. 20º.* Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2025, o Poder Executivo Municipal desdobrará as receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação, de modo a atender ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº. 101/2000.

*Art. 21º.* Os casos de renúncia de receitas a qualquer título dependerão da lei específica, devendo ser cumprido o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000.

*Art. 22º.* O Poder Executivo Municipal concederá desconto de até 20% (vinte por cento) no pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU do exercício de 2025, aos contribuintes que efetuaram o pagamento deste tributo rigorosamente em dia no exercício financeiro de 2024.

## *Seção II* **DA GERAÇÃO DE DESPESA**

*Art. 23º.* Na execução da despesa, nenhum compromisso será assumido sem existir dotação orçamentária e recursos financeiros.

*Art. 24º.* A lei orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares e, mediante lei específica, poderão ser realizadas transposições, remanejamentos ou



PREFEITURA DE  
**MATA ROMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
CNPJ N:06.119.945/0001-03

transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro.

*Parágrafo único.* Na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, somente se incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento, bem como contempladas as despesas de conservação do patrimônio público:

*Art. 25º.* O Município aplicará, no mínimo, os percentuais constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos do art. 198, § 2º e 212, da Constituição Federal.

*Art. 26º.* A lei orçamentária assegurará a aplicação dos recursos reservados para o PASEP, nos termos do art. 8º, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.

*Art. 27º.* As despesas de aperfeiçoamento de ação governamental deverão ser classificadas em relevantes e irrelevantes.

*Parágrafo único.* Entende-se por despesa relevante aquelas que ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal 8.666/93 e irrelevantes, aquelas que não ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação da citada lei.

*Art. 28º.* As operações de créditos deverão ter autorização legislativa, obedecer aos limites e procedimentos estabelecidos em Resoluções do Senado Federal, não podendo ser superior ao montante das despesas de capital.

*Art. 29º.* Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar 101, de 2000.

I - considera-se contraída a obrigação no montante da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II - no caso de despesa relativas a prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo o pagamento deve se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.



PREFEITURA DE  
**MATA ROMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**CNPJ N:06.119.945/0001-03**

**Art. 30º.** É vedada a concessão de subvenções, auxílios ou contribuições para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e deste que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino e cultura, ou representativas da comunidade escolar;

II - voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III - voltadas para ações de assistências social;

IV - consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública federal, e que participem da execução de programas nacionais de saúde;

V - instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica;

VI - instituições de apoio ao desenvolvimento social e econômico do Município.

VII - federações e confederações.

**Parágrafo único.** As Entidades sem fins lucrativos beneficiadas deverão cumprir o disposto no art. 26, da Lei Complementar nº. 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa nº. 001/97-STN e alterações posteriores.

**Art. 31º.** Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesa de competência do Estado do Maranhão, nos termos do art. 62, da Lei Complementar nº. 101/2000.

**Art. 32º.** As despesas de publicação da Administração Municipal deverão ser objeto de dotação orçamentária específica com denominação publicidade.

§ 1º. Entende-se como publicidade às ações relativas à divulgação do trabalho do órgão, ou seja, propaganda.



PREFEITURA DE  
**MATA ROMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**CNPJ N:06.119.945/0001-03**

§ 2º. As despesas referentes à publicação de licitações, portarias, atos, prestações de contas e congêneres, classificar-se-ão na atividade de custeio.

*Art. 33º.* Fica instituído o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, compreendendo o conjunto de atividades relacionadas com o acompanhamento das ações de governo, da gestão do patrimonial municipal e dos recursos públicos, através do controle de custos e da avaliação dos resultados dos programas instituídos.

*Parágrafo único.* O Poder Executivo Municipal regulamentará, através de decreto, normas relativas ao controle interno municipal.

*Art. 34º.* O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que o artigo anterior será desenvolvido de forma a apurar os custos dos programas, bem como, dos respectivos projetos e atividades, conforme determina o art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº. 101/2000.

*Parágrafo único.* Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício de modo a atender o disposto no art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº. 101/2000.

*Art. 35º.* Os Poderes Legislativo e Executivo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº. 101/2000, e ainda ao seguinte:

I - as despesas serão calculadas com base no quadro de servidores relativos ao mês de julho de 2024;

II - serão incluídas dotações específicas para treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, provas e concurso, tendo em vistas as disposições legais relativas à promoção e acesso:

§ 1º. O Poder Executivo Municipal poderá realizar concurso público de provas e títulos visando ao preenchimento de cargos e funções e também poderá, mediante autorização legislativa, promover a alteração na estrutura organizacional e de cargos e carreiras da Prefeitura, extinguindo, transformando ou criando novos cargos.



PREFEITURA DE  
**MATA ROMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**CNPJ N:06.119.945/0001-03**

§ 2º. No exercício financeiro de 2025, os Poderes Executivo e Legislativo poderão conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequar a remuneração dos servidores, criar cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreiras e admitir pessoal, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04.05.2000.

§ 3º. Na execução orçamentária de 2025, caso a despesa de pessoal ultrapassar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada ao município:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargos, empregos e função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargos públicos, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de horas extras, salvo no âmbito dos setores de educação e saúde, ou quando destinados ao atendimentos de situações emergenciais de riscos ou de prejuízo para coletividade.

**Capítulo IV**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 36º.** A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser encaminhada ao Poder Executivo até o dia 31 de agosto de 2024, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

**Art. 37º.** Até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2025, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma da execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.



PREFEITURA DE  
**MATA ROMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**CNPJ N:06.119.945/0001-03**

§ 1º. O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, os anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

§ 2º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal e será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada semestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º. Até o final dos meses de Maio de 2025, de Setembro de 2025 e janeiro de 2026, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento de metas fiscais de cada semestre, em audiência pública.

*Art. 38º.* A transparência da gestão fiscal será assegurada mediante incentivo à participação popular durante os processos de elaboração e discussão do PPA, LDO e LOA.

*Art. 39º.* As contas apresentadas pelo prefeito Municipal e pelo Presidente da Câmara Municipal ficarão disponíveis, durante todo o exercício na Câmara de Vereadores e na Prefeitura, para consulta e apreciação pelos cidadãos e Instituições da sociedade.

*Art. 40º.* Os instrumentos de transparência da gestão fiscal deverão receber ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

*Art. 41º.* O Município fica autorizado a buscar junto à União e Estado, assistência técnica e cooperação financeira para a modernização das respectivas administração tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

*Parágrafo único.* A assistência técnica referida neste artigo consistirá no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transparência de tecnologia, bem como no apoio à divulgação, em meio eletrônico de amplo acesso público, dos instrumentos de transparência da gestão fiscal.

*Art. 42º.* Na ocorrência de calamidade pública reconhecida, estarão suspensos os prazos e as disposições estabelecidas, enquanto perdurar a situação, para a recondução da dívida e das despesas com pessoal ao limite exigido.



PREFEITURA DE  
**MATA ROMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA  
GABINETE DO PREFEITO  
CNPJ N:06.119.945/0001-03

**Art. 43º.** O projeto de lei orçamentária anual será enviado pelo Poder Executivo a Câmara até 30 de setembro de 2024, devendo a Câmara devolvê-lo para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

**Parágrafo único.** Na hipótese do projeto de lei orçamentária anual não haver sido sancionado até 31 de dezembro de 2024, fica autorizado a execução da proposta orçamentária, originalmente encaminhada a Câmara de Vereadores, nos seguintes limites:

I - no montante necessário para abertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida:

II - 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

**Art. 44º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 45º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mata Roma, Estado do Maranhão, aos 15 de Abril de 2024.

BESALIEL FREITAS  
ALBUQUERQUE:505476  
66349

Assinado de forma digital por  
BESALIEL FREITAS  
ALBUQUERQUE:50547666349  
Dados: 2024.10.23 09:04:59 -03'00'

Besaliel Freitas Albuquerque  
Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE MATA ROMA-MA  
CNPJ 69.390.136/0001-51  
RECEBIDO (A)  
Em 23/10/2024  
Recebido por (Assinatura)  
Augusto dos Santos Moura

CAMARA MUNICIPAL DE MATA ROMA-MA  
CNPJ: 69.390.136/0001-51  
APROVADO (A)  
Em: 01/11/2024  
Presidente Augusto dos Santos Moura  
CPF 996.272.563-15  
Presidente



PREFEITURA DE  
**MATA ROMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA  
GABINETE DO PREFEITO  
CNPJ N:06.119.945/0001-03

**MENSAGEM 01/2024**

**Senhor Presidente,**

**Senhores Vereadores,**

CAMARA MUNICIPAL DE MATA ROMA-MA

CNPJ 69 390 136/0001-51

RECEBIDO (A)

Em 23/10/2024

Recebido por (Assinatura)

9:51 am

Estamos remetendo o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, para apreciação e aprovação legislativa.

Esta proposta foi elaborada obedecendo a todas as determinações e exigências legais aplicáveis à elaboração do orçamento público. Entre as principais leis e regulamentos obedecidos na elaboração da proposta orçamentária podemos relacionar:

- a) os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/1988;
- b) Lei n° 4.320, de 17/03/1964;
- c) Lei Complementar n° 101, de 04/05/2000;

Além dos dispositivos constitucionais, esta proposta orçamentária obedeceu e incluiu os aspectos exigidos pela legislação local, a saber:

- a) Plano Plurianual de Investimentos;
- b) Lei Orgânica do Município.

A política econômico-financeira do Município, expressa no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, é de melhorar a sua infra-



PREFEITURA DE  
**MATA ROMA**  
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA ROMA  
GABINETE DO PREFEITO  
CNPJ N:06.119.945/0001-03

estrutura básica para viabilizar um bom atendimento às necessidades dos municípios.

Esta infra-estrutura implica investimentos e elevados custos de manutenção que, por sua vez, ficam condicionados à expectativa de receita. Assim sendo, com recursos escassos, as diretrizes traçadas priorizam as funções de Educação, Saúde e Saneamento e Assistência Social, além da Administração e Planejamento.

Finalmente, ressalte-se ainda que a prioridade principal estampado no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias ora encaminhada é dotar o Município da estrutura básica para atendimento aos municípios.

Estes os esclarecimentos que, no entendimento das determinações especiais, entendemos por oportuno prestar aos Excelentíssimos Senhores Edis, na expectativa de que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias em apreciação venha a corresponder ao desejo de todos.

Atenciosamente,

BESALIEL FREITAS  
ALBUQUERQUE:505476  
66349

Assinado de forma digital por  
BESALIEL FREITAS  
ALBUQUERQUE:50547666349  
Dados: 2024.10.23 09:04:41 -03'00'

Besaliel Freitas Albuquerque  
Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL DE MATA ROMA**  
Praça Juca Brandão, nº 56 – Centro, CEP: 65510-000 Mata Roma - MA  
CNPJ. 69.390.136/0001-51 Email: camarademataroma@gmail.com

Ofício Nº 49/2024  
Autoria;  
Sr. Javé Ferreira da Costa Lima  
Vereador

Ao Excelentíssimo  
Sr. Pedro Augusto dos Santos Moura  
Presidente da Câmara Municipal de Mata Roma - MA

Assunto: Justificativa de Ausência

Prezado Senhor Presidente deste Poder Legislativo e parlamentares;

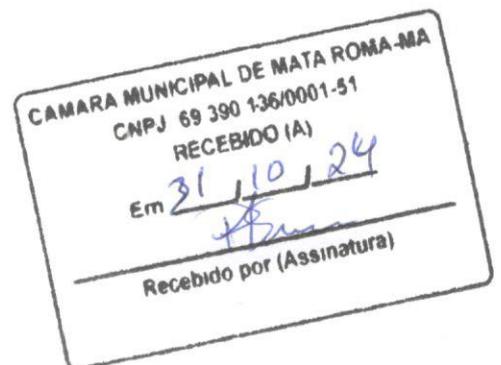
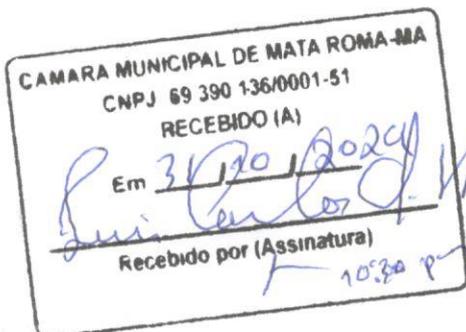
Gostaria de justificar minha ausência na presente sessão do dia, pois tenho compromissos inadiáveis e de força maior, na data de 01 de novembro de 2024.

Peço desculpas por qualquer inconveniência causado e estou disponível para discutir alternativas ou recuperar conteúdo perdido.

Atenciosamente;

Mata Roma – MA, 31 de outubro de 2024

Javé Ferreira da Costa Lima  
Vereador  
Câmara Municipal de Mata Roma - MA





**CÂMARA MUNICIPAL DE MATA ROMA**  
Praça Juca Brandão, nº 56 – Centro, CEP: 65510-000 Mata Roma - MA  
CNPJ. 69.390.136/0001-51 Email: camarademataroma@gmail.com

Ofício Nº 50/2024  
Autoria;  
Sr<sup>a</sup>. Miryan Mendes Teixeira  
Vereador

Ao Excelentíssimo  
Sr. Pedro Augusto dos Santos Moura  
Presidente da Câmara Municipal de Mata Roma - MA

Assunto: Justificativa de Ausência

Prezado Senhor Presidente deste Poder Legislativo e parlamentares;

Venho por meio deste, justificar minha ausência na presente sessão do dia e demais, pois recentemente iniciei um procedimento com relacionada a saúde e que será, posteriormente encaminhado o atestado médico para a veracidade nos autos.

Atenciosamente;

Mata Roma – MA, 31 de outubro de 2024

Miryan Mendes Teixeira  
Vereadora  
Câmara Municipal de Mata Roma - MA

